

ANALISTA - ÁREA 6 JURÍDICA

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - O candidato recebeu do fiscal o seguinte material:

a) este **CADERNO DE QUESTÕES**, com o tema da **REDAÇÃO** e os enunciados das 60 (sessenta) questões objetivas, sem repetição ou falha, com a seguinte distribuição:

Questões Objetivas	Nº das Questões	Valor por questão	Total
Conhecimentos Básicos			
Língua Portuguesa	1 a 10	1,00 ponto	35,00 pontos
Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol)	11 a 15		
Ética no Serviço Público	16 a 20		
Inovação	21 a 35		
Conhecimentos Específicos	36 a 60	2,00 pontos	50,00 pontos
Redação	-	-	25,00 pontos

b) 1 folha para o desenvolvimento da **REDAÇÃO**, capeada pelo **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às respostas das questões objetivas formuladas na prova.

02 - O candidato deve verificar se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso não esteja, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.

03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**.

04 - A **REDAÇÃO** deverá ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**.

05 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**, de forma contínua e densa. A leitura ótica do **CARTÃO-RESPOSTA** é sensível a marcas escuras, portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros.

Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

06 - O candidato deve ter muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não o **DOBRAR, AMASSAR ou MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado em suas margens superior e/ou inferior - **DELIMITADOR DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.

07 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.

08 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.

09 - **SERÁ ELIMINADO** deste Concurso Público o candidato que:

a) se utilizar, durante a realização das provas, de aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como agendas, relógios não analógicos, *notebook*, transmissor de dados e mensagens, máquina fotográfica, telefones celulares, *paggers*, microcomputadores portáteis e/ou similares;

b) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou a **FOLHA DE REDAÇÃO** capeada pelo **CARTÃO-RESPOSTA**;

c) se recusar a entregar o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou a **FOLHA DE REDAÇÃO** capeada pelo **CARTÃO-RESPOSTA**, quando terminar o tempo estabelecido;

d) não assinar a **LISTA DE PRESENÇA** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**.

Obs. O candidato só poderá ausentar-se do recinto das provas após **1 (uma) hora** contada a partir do efetivo início das mesmas. Por motivos de segurança, o candidato **NÃO PODERÁ LEVAR O CADERNO DE QUESTÕES**, a qualquer momento.

10 - O candidato deve reservar os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **CADERNO DE QUESTÕES NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.

11 - O candidato deve, ao terminar as provas, entregar ao fiscal o **CADERNO DE QUESTÕES** e a **FOLHA DE REDAÇÃO** capeada pelo **CARTÃO-RESPOSTA** e **ASSINAR A LISTA DE PRESENÇA**.

12 - O **TEMPO DISPONÍVEL PARA ESTAS PROVAS DE QUESTÕES OBJETIVAS E DE REDAÇÃO É DE 4 (QUATRO) HORAS**, findo o qual o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar o **CADERNO DE QUESTÕES** e a **FOLHA DE REDAÇÃO** capeada pelo **CARTÃO-RESPOSTA**.

13 - As questões e os gabaritos da Prova Objetiva serão divulgados no primeiro dia útil após sua realização, no endereço eletrônico da **FUNDAÇÃO CESGRANRIO** (<http://www.cesgranrio.org.br>).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

36

Com base na Lei nº 6.404/76, observa-se que, nas sociedades por ações, o(a)

- (A) contrato social da companhia definirá o seu objeto de modo preciso e completo.
- (B) contrato social da companhia fixará o valor do capital social expresso em moeda nacional.
- (C) nome do fundador, acionista ou pessoa que, por qualquer outro modo, tenha concorrido para o êxito da empresa não poderá figurar na denominação da companhia.
- (D) companhia é aberta ou fechada conforme os valores mobiliários de sua emissão estejam ou não admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários.
- (E) companhia terá o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será ilimitada em relação ao preço das ações subscritas ou adquiridas.

37

O título de crédito cuja natureza jurídica representa exclusivamente uma ordem de pagamento à vista denomina-se

- (A) cheque
- (B) duplicata
- (C) letra de câmbio
- (D) nota promissória
- (E) nota de crédito rural

38

Há um tipo de contrato através do qual o Banco (instituição financeira) empresta ao cliente certa quantia em dinheiro. O cliente assume as obrigações de restituir-lhe o valor emprestado, de acordo com correção monetária, juros, encargos e demais taxas previstas no ajuste firmado entre as partes, além de amortizar o valor emprestado, de acordo com as condições e prazos estabelecidos.

Esse contrato é denominado

- (A) mútuo bancário
- (B) fomento mercantil
- (C) desconto bancário
- (D) arrendamento mercantil
- (E) alienação fiduciária em garantia

39

Em se tratando da ação consignatória tributária, é certo que o Código Tributário Nacional estipula na primeira parte do art. 164, parágrafo 2º, que, “julgada procedente a consignação, o pagamento se reputa efetuado e a importância consignada é convertida em renda”.

Nessa linha, a consignação em pagamento, nos termos do mencionado dispositivo legal, é hipótese de

- (A) administração tributária
- (B) exclusão do crédito tributário
- (C) extinção do crédito tributário
- (D) suspensão do crédito tributário
- (E) não incidência do crédito tributário

40

Há uma norma constitucional que veda a cobrança de tributos em relação aos fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.

Essa norma configura o princípio constitucional tributário da

- (A) legalidade
- (B) uniformidade
- (C) anterioridade
- (D) irretroatividade
- (E) capacidade contributiva

41

A impossibilidade de os Estados e o Distrito Federal instituírem ICMS sobre livros, jornais e periódicos, assim como sobre o papel destinado à impressão desse material enquadra-se como hipótese de

- (A) isenção tributária
- (B) remissão tributária
- (C) novação tributária
- (D) compensação tributária
- (E) imunidade tributária

42

Segundo o Código Tributário Nacional, o tributo

- (A) é toda prestação pecuniária opcional.
- (B) é cobrado mediante autolançamento.
- (C) é instituído e cobrado, com base nas regras previstas em decreto expedido pelo Chefe do Poder Executivo Federal.
- (D) é instituído mediante ajuste firmado entre as partes envolvidas na relação jurídico-tributária.
- (E) não se constitui como sanção de ato ilícito.

43

Quanto à despesa pública, com base na lei aplicável à espécie, o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição corresponde à(ao)

- (A) liquidação
- (B) receita corrente
- (C) receita de capital
- (D) ordem de pagamento
- (E) empenho

44

À luz do sistema constitucional tributário, a contribuição de melhoria decorrente de obras públicas compete ser instituída por

- (A) autarquias federais
- (B) empresas públicas
- (C) fundações públicas
- (D) sociedades de economia mista
- (E) União, Estados, Distrito Federal e Municípios

45

À luz da Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, em se tratando das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, constata-se que essa operação de crédito

- (A) é destinada a atender insuficiência de caixa e deverá ser liquidada, com juros e encargos incidentes, em prazo superior a 12 meses.
- (B) é destinada a atender insuficiência de caixa e deverá ser liquidada, com juros e encargos incidentes, em prazo superior a 24 meses.
- (C) é destinada a atender insuficiência de caixa e deverá ser liquidada, com juros e encargos incidentes, no último ano do mandato do Presidente, do Governador e do Prefeito.
- (D) poderá ser contratada, ainda que possa existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada.
- (E) estará proibida enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada.

46

O Estado W recebeu a notícia da descoberta de jazida de petróleo em seu território. A consequente exploração deverá ocorrer segundo as regras legais pertinentes.

Caso não haja participação nos resultados, a Constituição Federal prevê que caberia a esse Estado federado um(a)

- (A) perdão de taxas
- (B) permuta de bens
- (C) isenção tributária
- (D) compensação financeira
- (E) imunidade de impostos

47

Um profissional pretende atuar em área econômica sujeita à regulação do Estado. Após os trâmites burocráticos, obtém permissão para a exploração do serviço almejado.

Essa modalidade de intervenção estatal limita a denominada

- (A) dignidade da pessoa
- (B) liberdade de iniciativa
- (C) busca do pleno emprego
- (D) remuneração adequada
- (E) função social da propriedade

48

Nos termos das normas instituídas pelo Código Civil em vigor, o silêncio, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e quando não for necessária a declaração de vontade expressa, constitui um(a)

- (A) elemento constitutivo do objeto contratual.
- (B) item necessário ao adimplemento obrigacional.
- (C) alternativa à cláusula real.
- (D) prova a ser utilizada posteriormente ao negócio.
- (E) manifestação válida de declaração de vontade.

49

Na busca pelo desenvolvimento nacional sustentável, podem ser criadas margens de preferência para produtos manufaturados e serviços que atendam às normas técnicas brasileiras sobre o preço dos produtos e serviços estrangeiros.

Para tal, as margens sobre o preço dos produtos e serviços estrangeiros **NÃO** poderão ultrapassar

- (A) 5%
- (B) 10%
- (C) 15%
- (D) 20%
- (E) 25%

50

O FGP (Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas) é instituído por lei federal e possui

- (A) natureza pública
- (B) natureza privada
- (C) patrimônio impenhorável
- (D) aportes privados em sua totalidade
- (E) isenção de fiscalização do Tribunal de Contas

51

Nos termos da lei de processo administrativo disciplinar federal, caso o servidor público tenha atuado como perito no processo administrativo, sua atuação como julgador no mesmo processo será

- (A) vedada, por impedimento.
- (B) proibida, por suspeição.
- (C) adotada, por autorização especial.
- (D) admitida, por não causar prejuízo.
- (E) permitida, por inexistir incompatibilidade.

52

O Estado P pretende instituir legislação de proteção ao meio ambiente.

Nos termos da Constituição Federal, a competência para legislar sobre o tema é

- (A) privativa da União
- (B) pertencente ao Estado
- (C) própria dos municípios
- (D) comum aos entes federados
- (E) exclusiva do Distrito Federal

53

Um dos instrumentos para a realização da Política Nacional do Meio Ambiente, nos termos da Lei Federal nº 6.938/81, é considerado de natureza econômica.

Um desses instrumentos em questão é a

- (A) servidão ambiental
- (B) instituição de reserva legal
- (C) avaliação de impacto ambiental
- (D) constituição de espaço protegido
- (E) criação de cadastro técnico

54

Um cidadão resolve construir uma casa, para fins de moradia, em área de preservação ambiental permanente, onde são vedadas construções. Ao tomar ciência do fato, o agente fiscal competente da União procede à notificação do construtor e, no prazo legal, realiza a demolição do imóvel.

Tal ato é considerado um(a)

- (A) abuso de direito
- (B) ofensa ao direito de propriedade
- (C) decorrência do poder de polícia
- (D) agressão à necessidade de moradia
- (E) ofensa à dignidade da pessoa humana

55

Um cidadão possui um bem hipotecado, o que o faz alcançar o pagamento de noventa por cento da dívida. Desejoso de utilizar o bem para novo empréstimo, requer a liberação de noventa por cento do seu valor, como se a parte ficasse livre e desembaraçada, não havendo previsão no título nem aquiescência do credor sobre o tema.

Nesse caso, o instituto da hipoteca deverá

- (A) admitir exoneração proporcional.
- (B) inadmitir garantia em segundo grau.
- (C) caracterizar-se como direito pessoal sobre coisa.
- (D) manter-se sobre toda a coisa até o pagamento final do débito.
- (E) permitir a instituição sobre coisa alheia sem consentimento do titular.

56

Nos termos da legislação de regência, a alienação fiduciária imobiliária pode incidir sobre

- (A) composesse
- (B) direito pessoal
- (C) bem enfitêutico
- (D) posse individual
- (E) partes beneficiárias

57

Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, a soma das jornadas semanais de trabalho previstas nem que seja ultrapassado o limite máximo de horas diárias.

Esse limite corresponde ao seguinte número de horas diárias:

- (A) 14
- (B) 13
- (C) 12
- (D) 11
- (E) 10

58

Na denominada teoria geral dos contratos, o jogo e a aposta são considerados contratos

- (A) comutativos
- (B) certificados
- (C) aleatórios
- (D) gratuitos
- (E) contraprestacionais

59

Na concessão de férias, o poder de conceder dois períodos sofre limitação pelas regras da Consolidação das Leis do Trabalho.

De acordo com essas regras, um período único de férias deve ser concedido aos empregados maiores de quantos anos de idade?

- (A) 40
- (B) 42
- (C) 44
- (D) 48
- (E) 50

60

No que concerne ao trabalho da mulher, quando pública e notoriamente a natureza da atividade a ser exercida assim o exigir, é permitido

- (A) publicar anúncio de emprego em que se faça referência ao sexo do(a) candidato(a).
- (B) exigir atestado para comprovação de esterilidade quando da admissão no emprego.
- (C) proibir o exercício de funções em empresas privadas, em razão do sexo.
- (D) submeter as empregadas a revistas íntimas ao final do expediente.
- (E) considerar o sexo como variável determinante para a promoção dos funcionários.

